



EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DIRECIONADAS À INFÂNCIA

Early childhood education in childhood-aimed policies and practices

Simone Conceição Rodrigues CLAUDINO

Secretaria de Educação
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Florianópolis, Brasil

simoniclaudinoccp@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6884-9965> 

Diana Carvalho De CARVALHO

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

dianacc@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-6924-2214> 

Eliane Santana Dias DEBUS

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

elianedebus@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0555-2069> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO: O artigo discute as políticas referentes ao atendimento público e institucional à Educação Infantil, tomando como foco específico de análise a realidade do município de Florianópolis. Para tanto, são examinados os documentos orientadores dessas políticas em nível nacional, bem como os documentos locais, orientadores do atendimento educacional realizado às crianças e direcionados ao planejamento das ações docentes em suas instituições. Os resultados evidenciam a sintonia das orientações da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis com aquelas divulgadas em nível nacional e indicam a intenção, tão marcada nos documentos, de valorização e trabalho com as múltiplas linguagens, em geral, e com a literatura infantil, de modo específico.

Palavras-chave: Educação infantil. Literatura infantil. Políticas educacionais.

ABSTRACT: The paper discusses the policies related with the public and institutional service for Early Childhood Education, having as a specific focus of analysis the reality of the Florianópolis, in the state of Santa Catarina. For such, guiding documents of these policies at the national level are examined, as well as the local documents, which guide the educational service for children and aimed at the planning of teaching actions in their institutions. The results evidence the alignment of the guidelines from the Municipal Teaching Network of Florianópolis with those disseminated at national level, and indicate the intention, so marked in the documents, of appreciation and work with multiple languages, at large, and with children's literature, specifically.

Keywords: Early Childhood Education. Children's literature. Educational policies.

INTRODUÇÃO

A aproximação entre as discussões realizadas em torno de políticas referentes ao atendimento público e institucional à Educação Infantil é o foco deste artigo. Tomamos como ponto de partida dessa retrospectiva os documentos nacionais a partir de 1988, a saber: a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), considerada o marco definidor da efetivação de direitos ao cidadão e, conseqüentemente, à infância; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (Brasil, 1996), por incluir, de fato, a Educação Infantil nas ações vinculadas à educação; e demais documentos e políticas assinados posteriormente pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e relacionados a esta etapa da Educação Básica.

Em seguida, analisamos como tal relação se estabelece em uma realidade específica, a saber: o atendimento à Educação Infantil efetivada no município de Florianópolis. Para tanto, são analisados os documentos orientadores dessas políticas em relação às discussões nacionais da área, bem como os destaques aos documentos locais acerca da literatura infantil no cotidiano do atendimento educacional realizado às crianças e direcionados ao planejamento das ações docentes em suas instituições.

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ACESSO À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 6º, trata dos direitos sociais e, dentre eles, cita o direito à educação e à proteção da infância. Ao tratar no capítulo III sobre a educação, cultura e desporto, estabelece no artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Pode-se concluir, assim, que o atendimento às crianças passou a ser um dever do Estado e da família e um direito da criança. Ressaltamos, também, que no artigo 208 está posto que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade [...]; IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (Brasil, 1988).

Após 12 anos da promulgação da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), reconhece a Educação Infantil como primeira etapa

da Educação Básica, estabelecendo na seção II, artigo 29, suas finalidades “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996). Esse reconhecimento representa um avanço significativo para a área, pois dá visibilidade à sua ação e estabelece sua finalidade educativa.

Entre o discurso legal dos direitos da criança e a consolidação da Educação Infantil como parte da Educação Básica, vários documentos e publicações foram sistematizados e divulgados ao longo das últimas décadas, na busca pela qualidade do atendimento educacional às crianças de zero a cinco anos. Na década de 1990, foram elaborados documentos e realizadas pesquisas em âmbitos federal, estadual e municipal, dentre eles alguns cadernos produzidos pelo MEC, na tentativa de formulação de políticas nacionais para a Educação Infantil. Nesse sentido, vale destacar o documento apresentado em 1995 com 12 princípios para a Educação Infantil, sob o título: *Esta creche respeita a criança*, que foi reeditado em 2009 (Campos; Rosemberg, 2009). A repercussão desse documento na época, bem como sua reedição 14 anos depois, significa que os princípios da Educação Infantil, pautados na afirmação e defesa dos direitos das crianças e na especificidade da área, elencados na década de 1990, continuam válidos e precisam ser revisitados e considerados como conteúdos para as ações e políticas atuais. Assim, são direitos elencados e especificados no caderno:

Nossas crianças têm direito:

- . à brincadeira;
- . à atenção individual;
- . a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante;
- . ao contato com a natureza;
- . a higiene e à saúde;
- . a uma alimentação sadia;
- . a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão;
- . ao movimento em espaços amplos;
- . à proteção, ao afeto e à amizade;
- . a expressar seus sentimentos;
- . a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche;
- . a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (Campos; Rosemberg, 2009, p. 13).

Para cada um dos direitos destacados, há uma lista de ações a serem propiciadas para que estes possam se efetivar no cotidiano do atendimento às crianças na Educação Infantil. Com relação ao “direito à brincadeira”, o documento cita questões como disponibilidade, acesso, tempos, aprendizagens, espaços externos, interação entre grupos, participação e proposição de novas brincadeiras. Com relação ao “direito de desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão”, cita a

aprendizagem de coisas novas, a oportunidade de desenvolver brincadeiras e jogos simbólicos, de assistir teatro, o direito de ouvir e contar histórias, o livre acesso aos livros, mesmo que não saibam ler, dentre outros.

Na segunda parte do documento, há a retomada das discussões acerca da política de creche que respeite a criança, sendo alguns pontos indicados para o reconhecimento de políticas e programas que efetivem os direitos elencados e especificados na primeira parte. Na política referente ao reconhecimento do “direito a ampliar seus conhecimentos”, por exemplo, há questionamentos quanto ao orçamento da creche para “compra e reposição de livros e materiais adequados para o número de crianças e as faixas etárias”, e também indagações se “os brinquedos, os materiais e os livros são considerados como instrumentos importantes para a promoção do desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos das crianças” (Campos; Rosemberg, 2009, p. 39).

Na política acerca do direito à brincadeira, há o questionamento sobre o orçamento para “compra e reposição de brinquedos, material para expressão artística e livros em quantidade e qualidade satisfatórias para o número de crianças e as faixas etárias” (Campos; Rosemberg, 2009, p. 38), sendo estes considerados como instrumentos do direito de brincar. Ainda nesse espaço, o documento destaca que “a formação prévia e em serviço reconhece a importância da brincadeira e da literatura infantil para o desenvolvimento da criança” (Campos; Rosemberg, 2009, p. 38).

Ainda em 2009, para além da reedição do documento anteriormente comentado, a Resolução nº 5, do Conselho Nacional de Educação, de caráter mandatório, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) para a organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil (Brasil, 2009). Convém destacar que a Resolução no 5/2009 (Brasil, 2009) ampliou e aprofundou a resolução no 1, de 1999, que instituiu na época, em quatro artigos, as também Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. O artigo 3º delimita questões referentes a um currículo da Educação Infantil que articule os conhecimentos das crianças com o conhecimento/saber da humanidade “de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade” (Brasil, 2009). O artigo 6º orienta que, para a elaboração das propostas pedagógicas na Educação Infantil, devem “ser respeitados princípios éticos, políticos e estéticos” (Brasil, 2009).

Observa-se, ao longo da sua formulação, a retomada dos direitos fundamentais das crianças presentes nos cadernos produzidos na década de 1990 e citados anteriormente: o respeito aos direitos das crianças, o compartilhamento das ações de educar e cuidar com as famílias, a ampliação de saberes, linguagens, expressões e

conhecimentos e o princípio da interação e da brincadeira como eixos da proposta curricular na Educação Infantil. É nesse contexto de efetivação das propostas de inclusão da Educação Infantil na Educação Básica que, no ano de 2008, o MEC, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), começou a distribuir às bibliotecas das instituições de Educação Infantil, a cada dois anos, acervos de livros literários. Embora o Programa tenha sido criado em 1997, somente 11 anos depois se dá a inserção da Educação Infantil. Isso pode significar que a criança da Educação Infantil passou a ser vista e a ser considerada como leitora? De fato, pelos documentos legais que foram apresentados e que ressaltavam em seu conteúdo a importância da literatura e do brincar no desenvolvimento infantil, era necessário que um programa dessa amplitude atendesse também a Educação Infantil.

Em 2008, primeiro ano de distribuição de livros às instituições de Educação Infantil públicas do território nacional cadastradas no censo escolar, segundo dados obtidos no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹, houve a seleção de 60 livros, distribuídos em três acervos, diferentes, cada qual com 20 títulos. Na distribuição, as instituições com até 150 crianças recebiam um acervo, as que tinham entre 151 e 300 crianças recebiam dois acervos e as com mais de 300 crianças recebiam os três acervos.

Em 2010, o acervo foi selecionado em duas categorias (categoria 1 – crianças de 0 a 3 anos e categoria 2 – crianças de 4 e 5 anos), sendo que cada categoria tinha dois acervos de 25 livros cada, totalizando 100 livros distribuídos à Educação Infantil, uma vez que instituições com até 50 crianças receberam um acervo e as com mais de 50 crianças receberam dois acervos. A seleção de 2012, também distribuída em duas categorias identificadas como Educação Infantil – Creche e, Educação Infantil – Pré-escola, continham cada uma dois acervos, com 25 títulos cada, totalizando 100 livros, seguindo os mesmos critérios de distribuição de 2010. A seleção de 2014 contou com 100 títulos categorizados em acervos dirigidos à Creche e à Pré-escola. Não houve aquisição do programa em 2015, e o edital para atualização de acervo de bibliotecas escolares não foi lançado em 2016. O Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), destinado a “avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias”, não faz menção ao PNBE e confunde o leitor ao utilizar-se de uma sigla do programa anterior, onde PNLD era Programa Nacional do Livro Didático. Infelizmente desde 2016 o PNBE deixou de existir.

¹ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-historico>

O incremento de políticas de destinação, incentivo e acesso à leitura desde a Educação Infantil propiciou questionamentos frente aos processos educativos realizados nas diferentes instituições de atendimento à infância de 0 a 5 anos. Algumas dessas indagações estão relacionadas à valorização e uso dos livros que passaram a ser encaminhados e a constituir o acervo das instituições de Educação Infantil. Outras questões, porém, entrelaçam-se à efetivação desse programa e se refletem na ação pedagógica junto às crianças. Entre as interrogações pertinentes à efetivação e visualização desse programa nas instituições educativas e em seus documentos pedagógicos, podemos citar: os livros chegam de fato a todas as unidades? As unidades de Educação Infantil possuem bibliotecas? As que não possuem bibliotecas também recebem o acervo? Onde estão os livros nas instituições? As/Os professoras/es que estão atuando nas unidades de Educação Infantil conhecem esse acervo? As crianças têm acesso a essas leituras, manuseiam esses livros?

A mediação da/o professor/a trazendo o livro para a sala, lendo-o ou contando-o para as crianças, permitindo o seu toque, a sua visualização, a sua exploração e ouvindo seus diálogos, propicia uma leitura pelas crianças. Leitura de quem não sabe ler palavras, mas lê imagens, ouve falas, entende leituras, e imagina. Incentivar a leitura desde a infância é um dos compromissos da ação docente junto às crianças. A presença da literatura infantil no PPP das unidades de Educação Infantil indica sua valorização na instituição. Ao ser referendado por um documento coletivo, elaborado em conjunto pelas/os profissionais e incentivado nos diferentes grupos de trabalho, o livro e a literatura ganham destaque e merecem atenção ao seu objetivo e significado frente a todo um corpo de profissionais da educação.

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ACESSO À LITERATURA INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O atendimento à Educação Infantil pública, ofertada pelo município de Florianópolis, teve seu início no ano de 1976² e foi vinculada à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS). De acordo com Broering (2014), a SESAS elaborou, em 1976, o documento “Projeto núcleos de educação infantil”, que se caracterizava por ser uma proposta de atendimento com caráter preparatório, revelando uma concepção de Educação Infantil em consonância com o caráter compensatório da educação.

² No ano de 1976, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Esperidião Amim, prefeito nomeado pelo governo estadual, representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político.

Nacionalmente, os documentos que balizavam as ações e continham indicativos ao atendimento às crianças menores de seis anos eram: *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil e Educação pré-escolar: uma nova perspectiva nacional*, datados de 1975 e elaborados pelo MEC.

Segundo Wiggers, (2000, p. 13), no município de Florianópolis, houve a especificidade de que “desde a criação da primeira unidade, foi a professora formada em magistério, ou em curso adicional materno-infantil, que se incumbiu do trabalho com a criança de 0 a 6 anos”. Ainda conforme a autora, em 1981³, com a participação de diretoras/es e professoras/es, o SESAS elaborou o documento *Currículo pré-escolar*. Nesse documento, “inspirado na teoria piagetiana”, o trabalho foi organizado de acordo com áreas do desenvolvimento, dirigido às crianças de 0 a 3 anos, e áreas de conhecimento, dirigido às crianças de 4 a 6 anos (Steininger, 2009, p. 54).

Entre os anos de 1982 e 1984⁴ foi elaborado outro documento com orientações para o trabalho na Educação Infantil com base em datas comemorativas, conforme indica Broering (2014). O documento intitulado “Apostila”, de 1982, foi elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina e enviado às instituições de Educação Infantil (Santos, 2013).

Somente em 1985, pela Lei n. 2.350, é que a Secretaria Municipal de Educação foi “criada” no município de Florianópolis, até esta data ela era um órgão da Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Em decorrência dessa criação, os órgãos e assuntos vinculados à área foram transferidos à nova Secretaria.

Entre 1986 e 1988, o trabalho com as crianças se fundamentava nas discussões sobre as áreas do desenvolvimento infantil para todas as idades. O documento elaborado pela SME, datado de 1988⁵, foi intitulado *Programa de educação pré-escolar*. Segundo Steininger (2009, p. 76), o documento: “[...] surgia como um manual [...]”. Além de trazer explicações teóricas acerca da teoria piagetiana, era composto por diversas indicações para a atuação das professoras [...] toda a orientação passou a pautar-se pelo construtivismo, embasado nas orientações do Programa de Educação Pré-escolar – Proepré⁶”.

³ No ano de 1981, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Francisco de Assis Cordeiro, prefeito nomeado pelo governo estadual, representante do Partido Democrático Social (PDS).

⁴ No ano de 1984, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Cláudio Ávila da Silva, prefeito nomeado pelo governo estadual, representante do Partido Democrático Social (PDS).

⁵ No ano de 1988, a gestão da Prefeitura estava a cargo do Edison Andrino, prefeito eleito, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁶ O Programa de Educação Pré-escolar (PROEPRÉ) foi coordenado pela professora Orly Zucatto Mantovani de Assis, da UNICAMP. Criado na década de 1970, na década de 1980 ofertava, através de parcerias e

Com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, a Educação Infantil é integrada às discussões referentes à Educação, fato que já ocorria no município de Florianópolis. De acordo com Wiggers (2000), de 1989 ao ano de 1992⁷, não houve por parte da Secretaria Municipal de Educação a sistematização de documentação ou proposta curricular dirigida à Educação Infantil, mas organizaram-se cursos e discussões com profissionais acerca de temas como currículo, alfabetização e conteúdos da pré-escola.

Entre 1993 e 1996⁸, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis organizou o chamado “Movimento de Reorientação Curricular”, integrando “quatro grandes diretrizes educacionais na gestão da Administração Popular: democratização da gestão; democratização do acesso; política de educação para jovens e adultos; e nova qualidade de ensino” (Wiggers, 2000, p. 28). Para a efetivação desse movimento diferentes grupos de trabalhos se reuniam pra discutir, conversar, estudar e elaborar um documento que desse visibilidade às “práticas educativas desenvolvidas nas escolas, creches e pré-escolas vinculadas à rede municipal de ensino” (Wiggers, 2000, p. 29). Como resultado desse processo, em 1996, a Prefeitura publicou dois documentos: *Traduzindo em ações: das diretrizes a uma proposta curricular*, com diretrizes gerais sobre “educação fundamental, educação de jovens e adultos e educação infantil”; e um segundo documento “Educação Infantil”. Este segundo enfatiza a mediação no processo de aprendizagem das crianças, articula as ações de cuidado e educação no cotidiano das ações pedagógicas, destaca a importância da brincadeira e da reorganização dos espaços e tempos nas instituições, citando o canto da leitura, da expressão gráfica e da brincadeira, e declara sua filiação à perspectiva histórico-cultural.

Vale destacar que 1996 é o ano da aprovação da nova LDB (Brasil, 1996) e, assim, tanto em nível nacional como local foram várias as discussões travadas sobre as especificidades da Educação Infantil. Tais discussões levaram a mudanças nas orientações teóricas presentes nos documentos municipais. Segundo Broering (2014), o novo documento fundamenta-se nas ideias do psicólogo Vygotsky, com destaque para

convênios com MEC, a formação de professores para várias redes brasileiras, tendo como base teórica o construtivismo de Piaget (Steininger, 2009, p. 69).

⁷ Nos anos de 1989-1992, a gestão da Prefeitura esteve a cargo de Esperidião Amim, prefeito eleito, e Antônio Henrique Bulcão Viana, vice-prefeito, ambos do PDS.

⁸ Nos anos de 1993-1996, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Sérgio Grando, prefeito eleito, do Partido Popular Socialista (PPS). De acordo com Broering (2014, p. 155-156), “essa administração marca uma ruptura política no município, e o documento curricular elaborado nesta gestão foi alicerçado na teoria sociointeracionista de Vigotski”.

os seguintes aspectos: a dupla função de educar e cuidar, a valorização da brincadeira e a organização do espaço.

Steininger (2009, p. 94) ressalta que as discussões iniciadas em 1997 fundamentaram o documento *Subsídios para a reorganização didática da educação básica municipal*, publicado em 2000⁹. O texto “Princípios pedagógicos da educação infantil municipal”, de autoria de Eloisa Acires Candal Rocha¹⁰, integra o referido documento e apresenta os seguintes pressupostos: “a criança como sujeito de direitos; o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas; e a relação creche-família”, sendo referendado como “documento orientador da Educação Infantil municipal” no período.

Além desse documento, Broering (2014) assinala que, no ano de 2000, a Prefeitura publicou outros dois textos: “Educação infantil: uma necessidade social” e “Síntese da qualificação da educação infantil”, retratando as discussões e formações ocorridas durante a gestão 1997-2000. Em 2004, foi publicado outro texto com sínteses das formações realizadas, intitulado *Formação em serviço: partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas*.

Após 10 anos, novos documentos são publicados, sendo que os princípios elencados da década de 1990, tanto dos documentos federais quanto do documento municipal, continuam sendo referendados pela Secretaria Municipal de Educação. Em 2010¹¹, o documento “Diretrizes pedagógicas para a educação infantil” é publicado e traz a indicação de ser o volume I, sugerindo uma continuidade que se efetiva em 2012, com o documento *Orientações curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*, que retoma o documento anterior. Em 2015¹², é publicado o documento intitulado *Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis*, identificado como volume III da série de orientações. Desse modo, pode-se dizer que os três documentos citados constituem a orientação educacional pedagógica vigente na atualidade na Rede Municipal de Florianópolis à Educação

⁹ Nos anos de 1997-2004, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Ângela Amim, prefeita eleita e reeleita, representante do Partido do Povo Brasileiro (PPB), na primeira gestão, e do Partido Progressista (PP), na segunda gestão.

¹⁰ Doutora em Educação e Professora da UFSC à época.

¹¹ Nos anos de 2005-2012, a gestão da Prefeitura estava a cargo de Dário Berger, prefeito eleito e reeleito, representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na primeira gestão, e do PMDB, na segunda gestão.

¹² Nos anos de 2013-2016, a gestão da Prefeitura está a cargo de Cesar Souza Junior, prefeito eleito, representante do Partido Social Democrático (PSD).

Infantil, além dos documentos nacionais acerca da Educação Infantil. A prefeitura de Florianópolis disponibiliza acesso a alguns documentos em seu portal eletrônico¹³.

O documento de 2010, intitulado *Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil*, é apresentado com o objetivo de “estabelecer diretrizes para o sistema educacional, no que se refere à organização e funcionamento das instituições de educação infantil”. Encontra-se dividido em duas partes, sendo que na parte I, designada como “Conferências”, há seis textos escritos por professoras/es conferencistas, formadoras/es de profissionais na rede municipal. Na parte II, “Relatos de experiências”, apresenta o relato de 10 trabalhos, escritos e vivenciados por profissionais de diferentes instituições de Educação Infantil municipais. Há relatos de profissionais de seis creches, três Núcleos de Educação Infantil (NEIs) e um Nei Vinculado, sendo que, nesse caso, há a autoria conjunta com professoras/es do Ensino Fundamental, que, apesar de não assinarem o texto, estão incluídas/os no contexto do projeto desenvolvido.

Antes de adentrar as partes I e II, o documento apresenta um texto escrito por Eloisa Acires Candal Rocha¹⁴, intitulado “Diretrizes educacionais-pedagógicas para a educação infantil”, em que retoma e amplia as discussões presentes no documento municipal de 2000, em diálogo com as “Diretrizes para a Educação Infantil Nacional”. A autora destaca os fundamentos que devem orientar as propostas pedagógicas da Educação Infantil:

I - As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:

- a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (Rocha, 2010, p. 12).

Rocha (2010) aponta os Núcleos da Ação Pedagógica (NAPs) como possibilidade de efetivação de um trabalho junto às crianças na Educação Infantil, indicando os seguintes núcleos: “1. Linguagem: gestual-corporal, oral, sonoro-musical, plástica e escrita; 2. Relações sociais e culturais: contexto espacial e temporal; identidade e origens culturais e sociais; 3. Natureza: manifestações, dimensões, elementos, fenômenos físicos e naturais”. No primeiro núcleo, explicita a diversidade de expressões

¹³ <https://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis+e+orientacoes+++dei&menu=10&submenuid=254>

¹⁴ Identificada no documento como vinculada à UFSC, e pertencente ao Núcleo de Estudos e pesquisas da Educação da Pequena Infância (NUPEIN).

da linguagem, destacando que a linguagem tem “um lugar central no desenvolvimento dos núcleos de ação, uma vez que a função simbólica representa a base para o estabelecimento das relações culturais e de compartilhamento social” (Rocha, 2010, p. 14). Segundo a autora, possibilitar a diversificação das linguagens às crianças, especialmente a expressão, a experiência literária, as artes e a linguagem escrita, permite a ampliação de repertórios, de pensamentos, de linguagens, de experiências, de conhecimentos em suas múltiplas dimensões.

A primeira conferência, intitulada *Estratégias pertinentes à ação pedagógica*, de Verena Wiggers¹⁵, apresenta o compartilhamento do cuidado e da educação das crianças, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, a importância da brincadeira, da organização do espaço e da sistematização do planejamento. A segunda conferência, *Ações pedagógicas com crianças de 0 a 3 anos em creches: o cuidado como ética*, de autoria de Daniela Guimarães¹⁶, discute a relação entre educação e cuidado, a situação da criança como sujeito de direitos, a qualidade das relações, o estabelecimento de vínculos, as iniciativas de comunicação.

A terceira conferência, *Contribuições da educação infantil para a formação do leitor e produtor de textos*, de Suely Amaral Mello¹⁷ destaca a relação entre escrita e fala, bem como o conceito de pré-história da escrita, evidenciando que as muitas linguagens, a brincadeira, os gestos, os desenhos, as vivências e as experiências provocam aprendizagem e curiosidades, fundamentais para a formação da inteligência, da personalidade e, também, do leitor e produtor de textos.

A quarta conferência, nomeada *Educação infantil, arte e criação: ensaios para transver o mundo*, de Luciana Esmeralda Ostetto¹⁸ trata da arte como propiciadora de diferentes expressões, ampliadora de repertórios, construtora de olhares, inspiradora de sentidos e sensibilidades. Argumenta sobre a importância dos espaços, transformados em ambientes, da vivência de experiências estéticas e da significação do desenho para as crianças. Destaca a importância da/o professor/a como parceira/o e incentivador/a das experiências no grupo.

A quinta conferência, *Sobre o corpo em movimento na educação infantil: a cultura corporal e os conteúdos/linguagens*, de Maurício Roberto da Silva¹⁹, aponta que pensar

¹⁵ Identificada no documento como Doutora em Educação. Professora de Educação Infantil no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), da UFSC. Participante do NUPEIN.

¹⁶ Identificada no documento como Doutora em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

¹⁷ Identificada no documento como Doutora em Educação. Professora da UNESP, campus Marília.

¹⁸ Identificada no documento como Professora da UFSC.

¹⁹ Identificado no documento como Professor da UFSC.

o corpo em movimento, é pensar o corpo e o movimento em uma “dimensão espaço-temporal e histórico social”: corpo e movimento que se desenvolvem nas relações.

Na sexta conferência, *Supervisão na educação infantil e a organização do trabalho educacional pedagógico*, a autora Ana Regina Ferreira de Barcelos²⁰ reflete sobre a ação das/os profissionais da educação infantil, as parcerias e relações estabelecidas e a garantia dos direitos fundamentais das crianças. Nessa tríade, discute a “consolidação do PPP na Educação Infantil”, sua proposta organizativa, o planejamento educacional e o trabalho da/o supervisor/a nesse contexto de relações, pesquisas e escritas sobre o fazer pedagógico.

Destacamos, nesse momento, o texto de autoria de Suely Amaral Mello, formadora de profissionais da rede municipal à época, em que tece reflexões sobre a apropriação da linguagem escrita pelas crianças e o trabalho realizado na Educação Infantil. A autora descreve que, historicamente, o ensino da escrita tem enfatizado a relação “som-letra”, destacando as consequências que ensinar desse modo acarreta para o desenvolvimento das crianças:

[...] Sem se dedicar ao faz-de-conta, sem ouvir histórias, sem manusear livros, gibis, etc., sem vivenciar experiências significativas que as encantem, sem exercitar a expressão por meio de múltiplas linguagens, as crianças deixam de formar as bases necessárias à aprendizagem da escrita [...]. (Mello, 2010, p. 46).

Mello (2010) questiona o modo de apresentar a escrita às crianças, fundamentando-se em autores da Teoria Histórico-Cultural, especialmente Vigotski e Leontiev. São conceitos destacados no texto: a relação entre escrita e fala, a função social da escrita, a pré-história da escrita. Indica, ainda, ser necessário “dar voz à criança e permitir sua participação [...], enfatizar vivências e experiências em que as crianças se expressem por múltiplas linguagens [...], possibilitar a convivência com textos escritos e registrar com as crianças as experiências vividas” (Mello, 2010, p. 49-51).

Nesse mesmo documento, merece destaque o texto de autoria de Ana Regina Ferreira de Barcelos, que tem como foco o trabalho coletivo das instituições educativas, “assentadas numa gestão democrática, que tenha como princípio a ética e a partilha de decisões” (BARCELOS, 2010, p. 93). A autora ressalta que a organização do trabalho nas instituições é uma ação coletiva, portanto, de responsabilidade e atuação de todos os profissionais. Ao destacar no subtítulo “A consolidação do projeto político pedagógico – PPP – na Educação Infantil”, assinala a dinamicidade, complexidade e singularidade

²⁰ Identificada no documento como Mestre em Educação. Supervisora da RME de Florianópolis

de todo PPP, que, ao seu modo de ver, “é um instrumento que subsidia as reflexões do grupo, aponta a direção do trabalho a ser realizado, documenta a trajetória histórica e educativa da unidade educativa, informa a comunidade como se organiza o trabalho” (Barcelos, 2010, p. 94).

O documento datado de 2012 e intitulado “Orientações curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis” têm como consultoras as professoras Angela Maria Scalabrin Coutinho²¹ e Eloisa Acires Candal Rocha; e como colaboradoras Alessandra M. Rotta de Oliveira²², Andréa Simões Rivero²³, Rosa Batista²⁴ e Rosinete Valdeci Schmitt²⁵. O documento é colorido, tem muitas imagens, e foi escrito para complementar e especificar o desenvolvimento dos Núcleos da Ação Pedagógica na prática cotidiana. É constituído por quatro partes, a saber: na parte I reapresenta o texto de Rocha (2010) do documento anterior, e publica a Resolução n.º 5, de 2009, sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil” (Florianópolis, 2009), documento mandatório à área e que “fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil”. Essas duas diretrizes afirmam aos profissionais dessa rede que é com base nesses documentos que se efetiva o trabalho educativo realizado na Educação Infantil de Florianópolis.

Na parte II, sob o título “A brincadeira”, apresenta alguns princípios teóricos acerca da importância da brincadeira no desenvolvimento infantil e indica modos de possibilitar a brincadeira no planejamento docente, entendendo-a como elemento fundamental das relações e como eixo norteador do trabalho realizado junto às crianças. Pautado em autoras e autores como Brougère, Vigotski e Kishimoto, o texto inicia com a seguinte afirmação: “temos muitas evidências de que a brincadeira é uma das atividades centrais da vida das crianças” (Florianópolis, 2012, p. 2). Ressalta que as histórias narradas com diferentes enredos e cenários, as brincadeiras de tradição popular e o conhecimento de acervos de contos e lendas oferecem “conteúdo e enriquecem a expressão imaginativa da criança” (Florianópolis, 2012, p. 16). Incentiva os adultos a serem organizadores e partícipes das brincadeiras, destacando o ato de “planejar tempos e espaços [...], oferecer diferentes materiais e suportes materiais

²¹ Não identificada no documento, mas, à época da escrita, era professora substituta na UFSC, e, em 2012, foi aprovada em concurso público à Universidade Federal do Paraná (UFPR).

²² Não identificada no documento. Professora da UFSC

²³ Não identificada no documento. À época era doutoranda na UFSC, até 2011 era celetista na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e no Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Em 2012, iniciou carreira como professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

²⁴ Não identificada no documento. À época era doutoranda na UFSC. Professora horista da UNISUL

²⁵ Não identificada no documento. À época era doutoranda na UFSC, professora efetiva da SME de Florianópolis, atuando na coordenação pedagógica

(objetos e brinquedos) ou imateriais (histórias, músicas...) que provocam e dispõem elementos para as brincadeiras” (Florianópolis, 2012, p. 18-19), a fim de possibilitarem novas atividades de criação, imaginação, pensamento e linguagem.

Na parte III, sob o título “Núcleos da Ação Pedagógica”, são apresentadas discussões teóricas e sugeridas ações práticas para o desenvolvimento dos NAPs no planejamento das instituições. Há o detalhamento dos Núcleos: no Núcleo das “Relações sociais e culturais” são evidenciadas as conquistas, “históricas e culturalmente produzidas nas relações que se estabelece com o mundo material e social, mediadas por outros parceiros” (Florianópolis, 2012, parte 3.0, p. 4). Dentre as várias propostas, destacamos neste núcleo:

- Pesquisar e incluir histórias e contos que valorizem diferentes culturas;
- Ampliar o repertório de histórias e contos, para além da tradição europeia [...], incluindo contos e lendas africanas, indígenas, latino-americanos, orientais...
- Dispor de revistas e livros...
- Fortalecer a identidade cultural das crianças, promovendo e planejando o encontro destas com diferentes grupos folclóricos [...]. (Florianópolis, 2012, parte 3.0, p. 30).

O núcleo das “Linguagens” afirma a linguagem “como elemento chave da produção cultural” (Florianópolis, 2012, parte 3.1, p. 1). Esse Núcleo de Ação Pedagógica é organizado em três partes, a saber: “linguagens oral e escrita”, “linguagens visuais” e “linguagens corporais e sonoras”. No item que trata das “linguagens oral e escrita”, há o destaque aos sons, olhares, risos, choros, balbucios, gritos e expressões de um corpo que tem repertórios, uma história, uma linguagem e um modo de se relacionar com o mundo. O documento aponta a sonoridade das melodias e canções de ninar, o caráter lúdico de cantigas e trava-línguas, o encantamento das poesias e poemas, a importância das rodas de conversas, do desenho, da escrita, dos gestos. Referencia-se no texto de Mello, presente no documento de 2010, e sugere que nos espaços existam diferentes materiais para manipular, folhear, desenhar, escrever, e que estes se constituam como elementos do processo de brincar. Orienta que haja espaço para dramatizar, declamar, brincar de cantigas de roda, de descobrir sonoridades, rimas, ritmos nas palavras, de ampliar o vocabulário, construir dicionários, elaborar textos coletivos e construir autoria e parceria entre crianças e adultos. Conclui que, dessa forma, podem-se construir sujeitos amantes da leitura:

Soma-se a tudo isso, a liberdade dada às crianças, desde o berçário, para o manuseio de diferentes livros sobre o tapete da sala, a almofada da biblioteca, dentro da casinha de bonecas ou no parque da creche, pois estes momentos favorecem a construção de sujeitos ‘amantes da leitura’, da literatura, das

imagens e/ou palavras impressas que fazem sonhar [...]. O acesso a escrita e a leitura é um direito da criança, que deve ser assegurado no contexto da educação infantil. (Florianópolis, 2012, parte 3.1, p. 17).

O documento lista, em cinco páginas, ações para propiciar às crianças a efetivação desse NAP e, em outras cinco páginas, retrata a organização dos espaços e tempos, a disponibilidade de diferentes materiais e equipamentos e a indicação de páginas on-line de escritores e bibliotecas para que sejam realizadas pesquisas e trabalhos.

Na parte 3.2 do documento, destaca-se o NAP “linguagens visuais”, ressaltando a importância da produção artístico-cultural das crianças:

A produção artístico-cultural das crianças faz parte das culturas infantis e [...] para que as crianças produzam nas linguagens da arte é preciso que elas tenham encontros significativos com a arte local e global, que a descubram com a mediação comprometida, ética e sensível dos adultos; que compartilhem... produções e significados; que brinquem de forma intensa [...]; que possam criar, jogar e inventar [...]. (Florianópolis, 2012, parte 3.2, p. 2).

A brincadeira com diferentes texturas, sabores, formas, odores, materialidades, cores, histórias, movimentos é enfatizada enquanto possibilidade de ampliar repertórios e conhecimentos. O documento apresenta, ainda, inúmeras possibilidades à criação com as crianças no espaço institucional, nos encontros com a arte e na possibilidade de interagir, experimentar diversas sensações, explorar objetos variados, desenhar no chão, na parede, no papelão, na tela, de pintar, fazer esculturas, colagem, modelagem, aquarela, de realizar visitas nas feiras, nos museus, nos teatros, nas praças. Atenta também ao respeito para o tempo de criação, o encontro com artistas e obras, a exposição de trabalhos, a organização dos espaços, o acesso a histórias, imagens, obras, livros, álbuns, dicionários, documentários, sites, entre outros.

A parte 3.3 do documento trata do NAP das “linguagens corporais e sonoras”, onde o corpo na sua totalidade é ressaltado e valorizado. Um corpo que se faz presente na música, na dança, no movimento, no teatro, nos gestos, no caminhar, no vestir, no alimentar, nos ritmos, nas expressões, no banho, nas brincadeiras, nos jogos. O documento aponta a articulação com a educação física e destaca a organização intencional dos espaços, de modo a promover experiências de pular, escalar, rastejar, dar cambalhotas, cantar, dançar e correr, de explorar instrumentos musicais e/ou construir instrumentos com diferentes materialidades. Destaca a possibilidade de criar e organizar brincadeiras cantadas, cantinhos sonoros, inventar sons com o corpo, gravar sons, trazer letras de músicas, partituras, livros e cartões musicais, organizar saídas a apresentações culturais. Pontua a importância da linguagem da música, da

dança, do teatro, do movimento, do faz de conta, com vistas ao “fortalecimento dos processos de imaginação e criação das crianças” (Florianópolis, 2012, parte 3.3, p. 24). E conclui que:

O espaço-tempo [...] na educação infantil também deve ser o da descoberta e revelação dos imaginários infantis, um processo criativo-lúdico de percepção e exploração do corpo em movimento. E ainda, um modo de apropriar-se da cultura, fortalecer e expandir a cultura infantil construindo conhecimentos sobre si, o outro e o mundo. (Florianópolis, 2012, parte 3.3, p. 19).

O item 3.4 do documento destaca o NAP “Relações com a natureza”, enfatizando a “necessidade de educar as crianças na perspectiva do pertencimento, da preservação, do cuidado, da ludicidade e do respeito com todos os seres, humanos e não humanos” (Florianópolis, 2012, parte 3.4, p. 2). Propõe que sejam propiciadas experiências diversificadas, no sentido de conhecer a biodiversidade do planeta, da sustentabilidade da vida, da importância do não desperdício e da preservação. São temas e urgências apontadas nesse item: a brincadeira em árvores, nas praias e ruas, o contato com animais e com a terra, a construção de canteiros e a observação dos fenômenos da natureza, desencadeadas em processos de brincadeira e exploração de diferentes materiais. Desse modo, expressa que “a relação que as crianças estabelecem com a natureza, com a cultura, com o mundo físico e social se dá, prioritariamente, nas brincadeiras e estas se configuram como lugar privilegiado de experienciar o tempo e o espaço” (Florianópolis, 2012, parte 3.4, p. 21).

Nesse item, aponta-se o valor dos questionamentos, da formulação de hipóteses e da “importância da intervenção da professora como mediadora das relações com a cultura e com os elementos que compõem o mundo físico e natural” (Florianópolis, 2012, parte 3.4, p. 30). Ao final, são apresentados locais a visitar em Florianópolis, indicadas histórias para contar, bem como títulos de audiovisuais e páginas na internet.

Na parte IV, sob o título “Estratégias da ação pedagógica”, as práticas de registro, observação, planejamento e avaliação, e alguns de seus aspectos são pontuados a fim de serem considerados no desenvolvimento das ações educativas, evidenciando o trabalho intencional desenvolvido na Educação Infantil e a importância das interações sociais, da brincadeira e das múltiplas linguagens no fazer pedagógico realizado junto às crianças.

O terceiro documento é de 2015 e foi nominado *Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis* (Florianópolis, 2015a). Com 172 páginas, teve

como consultora a professora Angela Maria Scalabrin Coutinho²⁶ e como colaboradores: Alexandre Fernandes Vaz²⁷, Ana Angélica Albano²⁸, Suely Amaral Mello²⁹ e Zoia Prestes³⁰. Está organizado em duas partes.

A parte I trata da “Brincadeira”, destacando-a como “uma ação social”. Apresenta uma série de sugestões relacionadas à organização de materiais e enredos para propiciar brincadeiras aos bebês, às crianças bem pequenas e às crianças pequenas – denominações dadas às diferentes especificidades etárias na Educação Infantil. Na parte II realiza uma breve apresentação dos NAPs, seguindo a mesma estrutura do documento de 2012, e centra sua escrita nas sugestões e propostas de ações dos diferentes Núcleos a todos os grupos. De certa forma, ao utilizar o tempo verbal infinitivo para introduzir as sugestões, propõe um rol de objetivos pontuais à ação docente com as crianças na Educação Infantil.

Em seu conjunto, os três documentos, elaborados pela Secretaria Municipal de Educação com o auxílio de colaboradores ou formadores de profissionais da Rede e com os próprios profissionais da Rede que participaram das formações e registraram seus trabalhos, retratam e revelam o modo como as orientações à Educação Infantil vêm informando sobre a prática docente proposta de ser realizada junto às crianças no município de Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos documentos orientadores para Educação Infantil evidencia a sintonia das orientações da RME de Florianópolis com as orientações divulgadas em nível nacional e indicam a intenção, tão marcada nos documentos, de valorização e trabalho com as múltiplas linguagens em geral e com a literatura infantil de modo específico.

De certa forma, os documentos revelam uma trajetória marcada, inicialmente, por uma perspectiva de educação infantil compensatória; depois, até o final da década de 1980, uma educação centrada nas ideias do desenvolvimento infantil, com base na teoria piagetiana; e, a partir da década de 1990, torna-se hegemônica nos documentos a compreensão da criança fundamentada na perspectiva histórico-cultural, que entende

²⁶ Não identificada no documento, mas à época era professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

²⁷ Não identificado no documento, mas à época era professor na UFSC.

²⁸ Não identificada no documento, mas à época era professora da UNICAMP.

²⁹ Não identificada no documento, mas à época era professora colaboradora da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

³⁰ Não identificada no documento, mas à época era professora na Universidade Federal Fluminense (UFF).

a criança como um sujeito de direitos, cuja educação deve propiciar o desenvolvimento das múltiplas linguagens, visando o fortalecimento dos processos de criação e imaginação na infância.

Um aspecto a destacar na realidade de Florianópolis é a estreita relação da Secretaria Municipal de Educação com profissionais das universidades, tanto com a instituição federal situada na cidade (UFSC) como com outras localizadas em outras regiões do país, o que se expressa na intensa participação dessas/es profissionais na elaboração dos textos que integram os documentos orientadores. Tal aproximação resulta na qualidade dos documentos elaborados, bem como na formação atualizada da/os profissionais da Educação Infantil. Além disso, grande parte das/os profissionais que compõem a Diretoria Técnica da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, possuem mestrado e doutorado realizados nessas instituições.

A preocupação em garantir e buscar recursos financeiros para a compra de literatura e outros materiais artísticos se faz notar nos documentos. No caso específico da literatura infantil, ela foi objeto de uma política pública, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que incluiu a educação infantil entre as instituições beneficiárias em 2008, e distribuiu livros de literatura em quatro edições até o ano de 2014. A interrupção desta política acarreta uma redução no acesso de livros literários às crianças e professoras/es da educação pública, uma redução no processo de garantia do direito à literatura enquanto bem cultural, e uma perda no processo de formação e desenvolvimento integral dos sujeitos que participam do processo educativo destas instituições.

Então desde 2015, sob a alegação de cortes orçamentários no Ministério da Educação, escolas e bibliotecas escolares da rede pública de ensino estão sem entrega de livros, sem renovação de acervos. A questão principal deste corte, desta suspensão do programa assinala uma falta de interesse em ampliar o acesso e o conhecimento dos alunos, profissionais e comunidade educativa à cultura, ao livro, ao conhecimento. Afinal há interesse político em formar leitoras/es? E sob a alusão da escolha de livros pelas escolas, seguimos sem renovação e ampliação dos acervos.

Evidencia-se que a literatura nos espaços educativos tem merecido cada vez mais atenção das pesquisas em nível acadêmico (Claudino, 2017; Furtado, 2016; Gonçalves, 2019) ampliando as discussões sobre a qualidade do acervo destinado à pequena infância.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. Supervisão na educação infantil e a organização do trabalho educacional pedagógico. In: FLORIANÓPOLIS. **PMF-SME: Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil**. Florianópolis: Prelo, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº **5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BROERING, Adriana de Souza. **Arquitetura, espaços, tempos e materiais: a educação infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis (1976-2012)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

CLAUDINO, Simoni Conceição Rodrigues. O lugar da literatura infantil no Projeto Político Pedagógico das instituições públicas de educação infantil da Rede Municipal de Educação de Florianópolis. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: [PEED1290-D.pdf\(ufsc.br\)](#)

FLORIANÓPOLIS. Conselho Municipal de Educação. Resolução CME nº 01/2009, de 29 de abril de 2009. Fixa normas para Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis, Santa Catarina. **Diário oficial do Município de Florianópolis**, Florianópolis, 2009.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Educação. **Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil**. Florianópolis: PMF/SME, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Educação. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Florianópolis**. Florianópolis: PMF/SME, 2012.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Educação. **Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: PMF/SME, 2015.

FURTADO, Thamirys Frigo. **Espaços e tempos coletivos de leitura literária na educação infantil da rede municipal de Florianópolis (SC)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: [PEED1201-D.pdf\(ufsc.br\)](#)

GONÇALVES, Fernanda. **A palavra e seus deslimites**: a relação dos bebês com os livros na educação infantil. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: [PEED1403-T.pdf \(ufsc.br\)](#)

MELLO, Suely Amaral. Contribuições da educação infantil para a formação do leitor e produtor de textos. In: FLORIANÓPOLIS. **PMF-SME**: Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil. Florianópolis: Prelo gráfica e editora Ltda, 2010.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil. In: FLORIANÓPOLIS. **PMF-SME**: Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil. Florianópolis: Prelo gráfica e editora Ltda, 2010.

SANTOS, Luciana Mara Espíndola. Norteando práticas pedagógicas: um olhar sobre documentos elaborados pela secretaria de educação de Florianópolis (1996-2012). **Políticas educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 110-123, 2013.

STEININGER, Isabela Jane. **A prática pedagógica nas instituições de educação infantil**: um estudo de caso sobre o que indicam as professoras. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WIGGERS, Verena. **A educação infantil no projeto educacional-pedagógico municipal**. Erechim: São Cristóvão, 2000.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DIRECIONADAS À INFÂNCIA

Early childhood education in childhood-aimed policies and practices

Simone Conceição Rodrigues Claudino

Mestre em Educação

Secretaria de Educação

Prefeitura Municipal de Florianópolis

Florianópolis, Brasil

simonicrclaudino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6884-9965>

Grupo de Pesquisa em Literatura Infantil e Juvenil e práticas de mediação literária – LITERALISE

Diana Carvalho De Carvalho

Doutora em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Educação e Escola - GEPIEE

Florianópolis, Brasil

diana.carvalho@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-6924-2214>

Eliane Santana Dias Debus

Doutora em Linguística e Letras

Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina

Grupo de Pesquisa em Literatura Infantil e Juvenil e práticas de mediação literária – LITERALISE

Florianópolis, Brasil

elianedebus@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0555-2069>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Maria Júlia Guimarães, n. 48 Bairro Bom Viver, Biguaçu, SC CEP 88160652

AGRADECIMENTOS

A Prefeitura de Florianópolis pela autorização de afastamento para realização do Mestrado

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: S. C. R. Claudino; D. C. de Carvalho; E. S. D. Debus

Coleta de dados: S. C. R. Claudino

Análise de dados: S. C. R. Claudino; D. C. de Carvalho; E. S. D. Debus

Discussão dos resultados: S. C. R. Claudino; D. C. de Carvalho; E. S. D. Debus

Revisão e aprovação: D. C. de Carvalho

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 20-12-2022 – Aprovado em: 28-02-2024